

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E FILOSOFIA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

MARIA EDUARDA ARAÚJO FURTADO FERREIRA

**(RE)EXISTÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR ÀS POLÍTICAS DE
DESENVOLVIMENTO E AO AGRONEGÓCIO:** uma análise da produção e da
comercialização da agricultura familiar em Caxias-MA

CAXIAS-MA

2026

MARIA EDUARDA ARAÚJO FURTADO FERREIRA

**(RE)EXISTÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR ÀS POLÍTICAS DE
DESENVOLVIMENTO E AO AGRONEGÓCIO:** uma análise da produção e da
comercialização da agricultura familiar em Caxias-MA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Ciências Sociais da Universidade
Estadual do Maranhão como componente
curricular para obtenção do grau de licenciado
em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Arydimar Vasconcelos
Gaioso.

CAXIAS-MA

2026

F383e Ferreira, Maria Eduarda Araújo Furtado

(Re)existência da agricultura familiar às políticas de desenvolvimento e ao agronegócio: uma análise da produção e da comercialização da agricultura familiar em Caxias-MA / Maria Eduarda Araújo Furtado Ferreira. __Caxias: Campus Caxias, 2026.

53f.

Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Maranhão – Campus Caxias, Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Arydimar Vasconcelos Gaioso.

* Agricultura familiar. 2. Agronegócio. 3. Resistência. I. Título.

CDU 374.7-053.88

MARIA EDUARDA ARAÚJO FURTADO FERREIRA

**(RE)EXISTÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR ÀS POLÍTICAS DE
DESENVOLVIMENTO E AO AGRONEGÓCIO: uma análise da produção e da
comercialização da agricultura familiar em Caxias-MA**

Monografia apresentada junto ao curso de
Ciências Sociais da Universidade Estadual do
Maranhão – UEMA, para obtenção do grau de
Licenciada em Ciências Sociais

Aprovado em: 08/07/2026.

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente

ARYDIMAR VASCONCELOS GAIOSO

Data: 20/07/2026 10:06:16-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Arydimar Vasconcelos Gaioso (Orientadora)

Doutora em Antropologia
Universidade Estadual do Maranhão



Documento assinado digitalmente

ANTONIO HENRIQUE PASSOS DE SOUSA SANTOS

Data: 17/07/2026 20:26:04-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Esp. Antonio Henrique Passos de Sousa Santos (Examinador 1)

Especialista em Metodologia da Educação Superior
Universidade Estadual do Maranhão



Documento assinado digitalmente

ELIEYD SOUSA DE MENEZES

Data: 16/07/2026 22:12:37-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Elieyd Sousa de Menezes (Examinadora 2)

Doutora em Antropologia Social
PPGCSPA/UEMA

AGRADECIMENTOS

À minha amada mãe, Maria do Socorro, que no pé de um fogão sustentou cada parte da minha existência.

Ao meu amor Tâmillia Raianny, pelo cuidado e carinho pois durante o processo fez/faz o amor habitar nos mais inconcebíveis lugares.

À orientadora Arydimar Gaioso, pela orientação que me possibilitou entregar um trabalho no qual me reconheci na forma de escrever.

Aos professores de graduação, especialmente à prof^a Cleia Maria pela atenção e cuidado.

Aos meus colegas.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar as formas de resistência da agricultura familiar em contraponto ao agronegócio e às políticas de desenvolvimento, apresentadas como estratégias de fortalecimento da economia regional e da agricultura. Na prática, entretanto, esse desenvolvimento se traduz em lutas sociais, quando as ações da lógica de produção do agronegócio e um modelo de política pronto se distanciam dos discursos e do modo de vida de agricultores familiares, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, dentre outros. A agricultura familiar passa a ser vista pelas esferas do poder público e privado como espaço de investimento de capital, que busca promover o abandono de práticas tradicionais consideradas obsoletas por se contrapor a lógica do agronegócio e das políticas de desenvolvimento. Nesse contexto, o processo de pesquisa para analisar as formas de resistência do agricultor seguiu três etapas: 1) compreender os efeitos das políticas de desenvolvimento e do agronegócio na agricultura familiar; 2) identificar o processo produtivo e 3) examinar a dinâmica da resistência presente na comercialização dos produtos agrícolas. Para se alcançar tais objetivos, realizou-se, além de pesquisas bibliográficas e de dados secundários, trabalho de campo em feiras livres de Caxias e na localidade rural Belenzinho, em Caxias-MA. A partir desta metodologia percebeu-se que as estratégias adotadas pelos agricultores familiares se contrapõem à lógica do agronegócio ao defenderem um modelo de produção fundamentado na qualidade dos produtos, articulando práticas tanto de continuidade quanto de ruptura no processo de produção.

Palavras-chave: agricultura familiar; agronegócio; resistência

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze forms of resistance within family farming in contrast to agribusiness and development policies—policies often presented as strategies to strengthen the regional economy and agriculture. In practice, however, this development translates into social struggles when the operational logic of agribusiness and standardized policy models diverge from the discourses and ways of life of family farmers, *quilombolas*, and babassu nut breakers, among others. Public and private sectors increasingly view family farming as a space for capital investment, seeking to promote the abandonment of traditional practices deemed obsolete because they run counter to the logic of agribusiness and development policies. In this context, the research process analyzing farmers' forms of resistance comprised three stages: 1) understanding the effects of development policies and agribusiness on family farming; 2) identifying the production process; and 3) examining the dynamics of resistance present in the marketing of agricultural products. To achieve these objectives, the study employed—in addition to literature reviews and secondary data analysis—fieldwork at open-air markets in Caxias and in the rural community of Belenzinho (Caxias, Maranhão). This methodology revealed that the strategies adopted by family farmers counter the logic of agribusiness by championing a production model based on product quality, thereby integrating practices that represent both continuity and rupture within the production process.

Keywords: family farming; agribusiness; resistance

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Feirinha da Gente com o suporte da prefeitura.....	13
Figura 2 - Feirinha da Gente sem o suporte da prefeitura.....	14
Figura 3 - Embalagem que contém mesocarpo.....	26
Figura 4 - Horta de Rosa com cultivo abundante de cebolinha e coentro que não desenvolveu..	31
Figura 5 - Horta de Rosa.....	47
Figura 6 - Horta de Marilene, filha de Rosa.....	47

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
1.1 A construção do objeto.....	12
1.2 O diálogo estabelecido com a interlocutora: a metodologia da pesquisa.....	16
1.3 Tecendo o caminho da monografia.....	19
2. CAMPONÊS, AGRICULTOR FAMILIAR E AGRONEGÓCIO: ANTES QUE DEFINIÇÃO OPERACIONAL, ISTO É CONCEITO.....	21
2.1 Agricultura Familiar e Camponês: laços de integração ou decomposição?.....	21
2.2 Agronegócio e seus efeitos.....	26
3. O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO PAUTADO NAS POLÍTICAS DESENVOLVIMENTISTA.....	32
3.1 As duas faces das políticas de desenvolvimento.....	34
3.2 A violência como um instrumento para a promoção de um desenvolvimento econômico no Maranhão.....	37
4. A PRODUÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO: A RESISTÊNCIA EM CENA.....	40
4.1 “A Feirinha da Gente representa mais do que um ponto de comércio, ela é um símbolo da valorização da agricultura familiar”: a base do discurso público e seus efeitos ocultos.....	40
4.2 “A forma como a gente produzia mudou, antes a produção era menor porque não tinha para onde mandar, hoje faltam produtos”: o ato concreto de continuar e de insistir.....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS.....	52

1. INTRODUÇÃO

Os debates teóricos em 1970 apontavam o agricultor familiar como ator social do mundo moderno que estava passando pela implantação de uma forma social de produção única, homogeneizada e representada por um modelo empresarial. Era inegável que o agricultor era um ator social do mundo moderno, que estava se integrando no mercado e que suas atividades estavam passando por uma modernização, no entanto, este ordenamento não significou que sua produção estava sendo representada por um modelo empresarial e do tipo industrial. (Wanderley, 2004).

Para explorar uma ilustração desta afirmação, partimos da relação do agricultor com a sua produção e, para isso, faço referência à narrativa de Rosa Maria Silva Sousa, interlocutora central deste trabalho. Rosa auto-reconhecida agricultora em referência de seu pai, reside na localidade rural denominada Belenzinho, localizada no município de Caxias-MA, e abriga 4 casas: além da sua que reside com seu marido Elias, há a casa de seu filho Luciano, uma de sua filha Marilene e outra de sua neta.

A produção é familiar e parte dela é direcionada para ser comercializada na *Feirinha da Gente* - espaço que será melhor descrito mais à frente. No processo de pesquisa de campo em 2026, Rosa e Marilene relataram que a comercialização na feira estava fraca, pois suas produções não estavam sendo abundantes devido à intensificação de pragas naturais.

Ainda cientes de que esta causalidade poderia ser evitada com o uso de defensivos agrícolas, elas optaram por não o fazer. Isto implica afirmar que, ainda que elas saibam que sua produção e a comercialização sejam prejudicadas, elas não são guiadas apenas por cálculo, lucro ou interesse individual, mas sim por entenderem que o uso de defensivo agrícola não é certamente o caminho que tem que ser levado para produzir mais e em maior quantidade. Essa percepção se contrapõe, por exemplo, à lógica econômica e produtiva do agronegócio.

Pois o seu processo econômico e produtivo é estruturado e submerso por lucro e interesses individuais, além de articulado a um discurso de progresso que promove uma qualidade de vida. Mas este discurso de progresso se contraria com o modo de vida de agricultores familiares, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu entre outros (Lima et al. 2018).

A esta afirmação, emprego como exemplo a narrativa de Manoel Moura, pois, ainda que ele não seja o interlocutor central desta pesquisa, ele vivenciou na prática as consequências desta lógica do agronegócio. Manoel Moura da Silva, auto-reconhecido como

quilombola e agricultor familiar, nasceu no povoado Bananal em 1946 e reside na comunidade quilombola Jenipapo 2¹. Quando Manoel se estabeleceu em Jenipapo, o seu objetivo era criar uma associação de agricultores familiares para continuar a luta. No entanto, a terra estava sob a posse de fazendeiros, o que significa que todo mundo pagava uma renda para continuar morando naquele espaço.

Manoel, após investigar sobre quem detinha a propriedade da terra, descobriu que era o Estado do Maranhão. Assim, em 2002, foi lavrada uma escritura na qual recebeu como doação do Estado a posse da terra para prosseguir com suas atividades agrícolas e construir a Associação dos Agricultores Familiares Quilombola do Povoado Jenipapo. Mas ainda que a terra estivesse à disposição desta comunidade, Manoel fala que:

O cativo não acabou, ele só ficou lento. Nós somos escravos. Por que eu digo que nós somos escravos? O governo do Estado concedeu a terra pra gente, mas nós não tem liberdade, nós tamo aqui vivendo e conservando a terra pro governo. (M.M.S., entrevista realizada dia 16 de junho de 2023).

A falta de liberdade que eles têm com a terra é causada pelo movimento asfíxiante que os fazendeiros que plantam soja fazem em volta da área. O movimento asfíxiante utilizado por fazendeiros consiste em cercar uma parte da terra de Jenipapo para expandir o plantio de soja, o que tem como consequência o deslocamento de pessoas para a cidade ou outros estados por terem suas terras engolidas.

Vai ficando numa área que os fazendeiros vão tomando de conta, porque se eu morrer, a Carmosina (minha esposa) não vai ficar aqui sozinha, as casas ficam fechadas, a terra improdutiva e os fazendeiros vão tomando de conta. É isso que vai acontecer. Não tem mais plantação, ninguém planta mandioca, endagora eu tava dizendo ali se você subir aqui do começo da terra até o final se vocês subir lá vocês não vê uma roça. (M.M.S., entrevista realizada dia 16 de junho de 2023)

Essas menções importam porque é contrariando a perspectiva do agronegócio sob promoção de desenvolvimento que “está pautado majoritariamente na perspectiva econômica de crescimento, com prazos e metas a serem alcançadas” (Lima et al., 2018, p. 1451) que a agricultura familiar procura meios de resistir. Mas quais as formas de resistência da agricultura familiar em contraponto ao agronegócio e às políticas de desenvolvimento? A formulação deste problema de pesquisa foi que guiou a construção do objeto deste trabalho.

¹ A pesquisa realizada em Jenipapo 2 no dia 16/06/2023 decorreu de uma atividade promovida pelo curso de Ciências Sociais do campus Caxias-MA, conduzida e organizada pelas professoras Elizete Santos, Elieyd Sousa e Arydimar Gaioso e contou com a participação de discentes do sexto período e integrantes do PIBIC.

A *resistência*, neste caso, não trata apenas como a recusa da submissão à vontade de outrem - políticas de desenvolvimento e agronegócio - é uma *resistência cotidiana* que, como aponta James Scott (2013), enfrenta a dominação sem recorrer a revoltas abertas ou confrontos diretos, é uma resistência em que, no lugar de grandes protestos, há a presença de práticas discretas e persistentes para minar o poder.

Estabelecendo uma correspondência com a *resistência cotidiana* de James Scott (2013), a *(re)existência*, observada a partir da pesquisa realizada em Caxias-MA com a interlocutora central deste trabalho, Rosa Maria Silva Sousa, expressa-se não apenas como o ato de não ceder à pressão do agronegócio e das políticas de desenvolvimento, mas como um processo de reinvenção e adaptação, em que ela encontra novas formas de produzir e comercializar.

1.1 A construção do objeto

A tomada de decisão em estabelecer como objetivo geral a análise das formas de resistência vividas pela agricultora Rosa Maria Silva Sousa no município de Caxias, em contraponto ao agronegócio e às políticas de desenvolvimento, decorre diretamente da formulação do problema de pesquisa a saber: *quais as formas de resistência da agricultura familiar em contraponto ao agronegócio e as políticas de desenvolvimento?*.

Ressalto que não foi uma motivação casual, mas intencionada pela minha participação em dois planos de pesquisas desenvolvidos em projetos de iniciação científica sob orientação da prof^a Dra. Arydimar Gaioso, uma vez que os resultados apresentados em ambos demonstram algumas formas de resistência de Rosa de forma clara.

Os dois planos de pesquisas - *Agricultura Familiar e os processos de comercialização: as feiras do produtor no município de Caxias* (2024 - 2025) e *Agricultura Familiar e as formas de resistência ao agronegócio* (2025 - 2026) - fazem parte do projeto de iniciação científica *Agricultura Familiar e Saber Tradicional: Rediscutindo a noção de desenvolvimento regional a partir de políticas de Arranjos Produtivos Locais (APL's)*.

O motivo da decisão em construir esta monografia reunindo os dados já obtidos em ambos os projetos foi o processo de interpretação que emergiu durante a execução do trabalho *Agricultura Familiar e os processos de comercialização: as feiras do produtor no município de Caxias*. Como afirma Bourdieu (2004), ainda que as pesquisas científicas sejam organizadas de forma pragmática - em disciplinas dentro da universidade - ela só é de fato organizada em torno de objetos construídos em campo, pois o campo é algo cheio de descobertas e imprevisibilidades onde se pode questionar e observar as coisas, gerando assim

a possibilidade de criar novos problemas e transformá-los em objeto de pesquisa.

O processo de interpretação que emergiu foi uma interpretação sobre a observação do espaço, pois ao ir a campo, Cardoso de Oliveira (1996) afirma que o nosso olhar é condicionado pelas teorias que se aprende na academia, ou seja, o objeto sobre o qual dirigimos o nosso olhar não é aleatório tampouco neutro, ele já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo.

Assim, ao fazer duas observações diretas do espaço, no centro da cidade de Caxias, destinado à comercialização de produtos oriundos também da agricultura familiar, denominado de *Feirinha da Gente*, observei que em maio de 2024, continha 28 barracas de diversos tipos, desde artesanatos, alimentos que compõem o “café”, produtos da agricultura familiar e bijuterias, e já em junho de 2025, a feira contava com 2 barracas de café e 8 barracas de agricultores. Esta observação possibilitou levantar a hipótese de que a comercialização não implicava somente em um campo econômico mas também em uma forma de resistência.

Figura 1 - Feirinha da Gente com o suporte da prefeitura



Fonte: Arquivo pessoal (2024).

Figura 2 - Feirinha da Gente sem o suporte da prefeitura



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

A *Feirinha da Gente*, inaugurada no dia 23 de julho de 2017 pela Prefeitura de Caxias-MA por meio da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres e Secretaria Adjunta de Turismo, na Praça Vespasiano Ramos, foi pensada e elaborada enquanto uma política pública para fomentar a economia local a partir de uma variedade de produtos de artesãos, agricultores familiares e pequenos empreendedores. (Prefeitura Municipal de Caxias-MA, 2017).

Cardoso de Oliveira (1996) destaca ainda que, embora a teoria aprendida na academia prepare o observador para olhar um objeto de investigação, ela não é o suficiente para dar conta de entender a natureza das relações sociais mantidas naquele espaço e, portanto, deverá utilizar-se de um outro recurso: o saber ouvir. Dessa forma, para testar a hipótese da minha interpretação de que o ato de comercialização não implicava somente em um campo econômico, mas também em uma forma de resistência, estabeleci contato com Edmilson em 01 de junho de 2025.

Edmilson, que acompanha sua esposa na venda de produtos na *Feirinha da Gente*, se mostrou bastante introspectivo e, por essa razão, não foi possível obter informações a seu respeito, mas ter somente um breve diálogo sobre o espaço da feira. Edmilson esclareceu que a reorganização do espaço da feira foi devido a interrupção da *Feirinha da Gente* pela gestão municipal sem aviso prévio, pois encerrou o apoio anteriormente oferecido aos agricultores familiares, como a disponibilização de um veículo para o transporte dos produtos e o fornecimento da estrutura física das barracas.

Ademais, entendendo que a interpretação, na visão de Spink e Helena Lima (2000) é uma *atividade meio* por se sustentar na prática do diálogo e da troca de sentidos com o

interlocutor e emergir ainda no processo da pesquisa quando a partir das informações obtidas surge a necessidade de dar sentido - selecionar, priorizar, buscar novas informações -, não havendo assim momentos distintos entre o levantamento das informações e a interpretação, percebi ao acompanhar, a partir da etnografia, o processo de comercialização da interlocutora Rosa Maria Silva Sousa² que ela desenvolve uma forma de resistência no ato da comercialização da produção, o que será abordado em capítulos posteriores neste trabalho.

Para além disso, uma outra interpretação que foi o fio condutor que possibilitou relacionar os resultados dos dois projetos de iniciação científica e possibilitou refletir sobre a resistência de Rosa, surgiu ainda durante a execução do projeto, quando, em diálogo ela afirmou que a comercialização acontece também entre as próprias agricultoras, quando uma não dispõe de um produto que a outra necessita.

Em uma ocasião diversa, na execução do projeto *Agricultura Familiar e as formas de resistência ao agronegócio* que objetivava estudar as formas e as estratégias de resistência das comunidades tradicionais impactadas e/ou ameaçadas pelo agronegócio ficou perceptível que a comercialização de produtos agrícolas entre as agricultores ocorria devido o impacto do agronegócio sob a produção por meio do desmatamento, da circulação de veneno, do impacto das mudanças climáticas e intensificação de pragas naturais.

Todas essas menções importam porque a interpretação, além de ser uma *atividade meio* por emergir no processo da pesquisa, é também uma *atividade fim* por resultar em uma análise dos dados. Entretanto, esse movimento não implica ausência de uma racionalidade, mas em rever o seu sentido (Spink e Helena Lima 2000).

Para melhor entendimento é preciso compreender que a interpretação está no plano da conversação, isto é, no diálogo com o interlocutor, onde o que se entende de uma frase ou de um contexto não é algo pronto, mas ajustado conforme a resposta dele. Ao situar a interpretação como parte da conversação, não significa que o pesquisador está abdicando da racionalidade por não corresponder a uma neutralidade ou por não ser fiel à realidade, pois o que confere à interpretação o sentido da racionalidade é a ação de explicitar os métodos e critérios que sustentaram o processo de interpretar algo. (Spink e Helena Lima 2000).

Nessa direção, importa também mencionar o sentido da objetividade no processo interpretativo, pois, ainda que a ciência clássica avalie a objetividade como sendo o momento em que o pesquisador deve assumir uma neutralidade absoluta, afastando-se de seus valores e crenças para que o resultado corresponda fielmente à realidade, Weber (1992) concebe esse

² Rosa Maria Silva Sousa, auto reconhecida como agricultora desde a infância em razão de seu pai também ter exercido essa atividade, possui três filhos e está na *Feirinha da Gente* desde quando inaugurou, em 2017.

processo como algo impossível, pois não há neutralidade alguma quando ainda na escolha do objeto de estudo e o próprio pesquisador carrega consigo valores, crenças e significados que podem ser influenciados por fatores históricos, culturais e sociais.

Nesse caso, a objetividade emerge de maneira ressignificada; ela se apresenta como sendo o momento em que o pesquisador dá voz ao interlocutor ao esclarecer como foi realizada a entrevista, a isso Spink e Helena Lima (2000) designam de *visibilidade*. A objetividade se faz presente também quando o pesquisador analisa, contextualiza historicamente os dados e posteriormente aprofunda sua análise. (Weber, 1992).

Essa consciência sobre dar voz ao interlocutor vai de encontro com a percepção de Clifford Geertz (2002) sobre a imersão de diálogo com o “outro”, pois ele adverte: o interlocutor da pesquisa assume o papel de ator e o exercício da escrita deve ir de encontro com o reconhecimento e destaque dessas vozes para não haver uma relação de poder quando mencionada a vivência dessas pessoas sem incluí-los como seres importantes para o acesso às informações obtidas.

Em vista disso, destaco que o processo que possibilitou alcançar o objetivo desta monografia foi: 1) compreender os efeitos das políticas de desenvolvimento e do agronegócio na agricultura familiar; 2) identificar o processo produtivo e 3) examinar a dinâmica da resistência presente na comercialização dos produtos agrícolas. O caminho apontado é semelhante ao dos dois planos de trabalho de iniciação científica, pois os resultados apresentados nesta monografia consistem na interrelação dos resultados obtidos em ambos. Ainda assim, esta pesquisa de cunho qualitativo se distingue por possuir um problema de pesquisa diferente.

1.2 O diálogo estabelecido com a interlocutora: a metodologia da pesquisa

Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico em acervos digitais com a finalidade de discutir categorias chaves como agricultura familiar, projetos de desenvolvimento, biopoder e práticas da pesquisa de campo em reuniões quinzenais. Posteriormente, a pesquisa de campo que se dividiu em dois tempos, sendo o primeiro entre 2024 e 2025 e o segundo entre 2025 e 2026, foram realizadas com a equipe do projeto: Rayllane Carneiro de Amorim, Eva Eugênia Cabral e Ana Vitória Pinheiro Dutra.

O primeiro passo da pesquisa de campo entre 2024 e 2025, foi ir às feiras do município: *Feira do Ipem*; *Feira da Volta Redonda*; *Feira da Cohab*; e *Feirinha da Gente* para observar a organização dos espaços e identificar qual feira melhor atendia aos critérios estabelecidos pelo projeto *Agricultura Familiar e os processos de comercialização: as feiras*

do produtor no município de Caxias, por outro lado, o segundo passo consistiu na realização de entrevistas.

Durante o primeiro passo, percebeu-se que a feira que melhor correspondia ao critério de produção agrícola advindo da agricultura familiar era a *Feirinha da Gente*. Desta maneira, a realização da entrevista procedeu com a interlocutora Rosa Maria Silva Sousa. Mas como decorreu a decisão de realizar a entrevista com Rosa?

Caminhei pela feira sem pressa e sem grandes expectativas de estabelecer um diálogo mais profundo com alguma agricultora, mas atentamente, reparando nos produtos expostos como arroz, pepino, farinha amarela, farinha branca, tapioca, farinha quebradinha, laranja, mesocarpo, cuxá, fava e feijão. Foi então que, inesperadamente, percebi que a colega de equipe, Ana Vitória Pinheiro Dutra, havia parado em uma barraca e conversava com uma senhora chamada Rosa. Ao me aproximar, Ana Vitória nos apresentou e explicou o motivo da nossa presença ali, e naquele instante, o espaço para o diálogo já estava aberto.

O diálogo ocorreu impulsionado pelo entusiasmo com que Rosa falava sobre seus produtos expostos e, em especial, sobre o modo de preparo do mesocarpo. Diante da duração da conversa e da receptividade, me senti à vontade para me acomodar ao seu lado, Ana Vitória também se acomodou, e ali, naquele pequeno espaço da feira, iniciamos uma conversa que se estendeu por diversas temáticas.

Rosa demonstrou empolgação ao compartilhar detalhes sobre o preparo do mesocarpo. Falamos sobre a logística do transporte dos produtos, sobre como ela divide aquele espaço da feira com sua filha Marilene, e sobre as mudanças ocorridas na feirinha desde dezembro de 2024. Além disso, Rosa também descreveu o processo de plantio de algumas produções como mandioca, arroz, maxixe e pimenta.

Ao fim do diálogo, nos despedimos e então combinamos de nos domingos seguintes retornar. E assim foi, o trabalho de campo se estendeu do início de junho até agosto, de forma que, com o passar do tempo, Rosa e as demais agricultoras desejaram a nossa presença ali. Isso se manifestava não apenas nas palavras - especialmente nos dias em que, por motivos pessoais, não conseguíamos ir - mas também em gestos como em ofertar amendoim e laranja.

Deste modo, levantou-se um dilema: como realizar uma entrevista no espaço da feira, onde a movimentação ocorre e não há um breve espaço de tempo para fazer isso de uma maneira formal, a sós com o interlocutor?. Proceder ao campo acreditando que a única maneira de fazer uma entrevista seria o caminho de uma entrevista formal era partir com o olhar condicionado pelas metodologias que considero necessárias. Condicionamento, esse que por vezes, me impede de perceber as condições reais em que minha pesquisa se desenvolve.

Mas, como lembra Cardoso de Oliveira (1996), ainda que o nosso olhar seja condicionado pela teoria, faz-se necessário exercitar a reflexividade reflexa sobre as epistemologias que atravessam o meu trabalho de campo. Em outras palavras, cabe a mim refletir continuamente sobre as minhas próprias decisões e escolhas metodológicas.

Dessa forma, as entrevistas que aconteciam com dona Rosa, utilizando apenas instrumentos como gravador de voz, para registro das falas e câmera de celular, ocorriam a partir de conversas informais. Isto é, todos os domingos, ao chegar à feira, Ana Vitória e eu nos sentávamos ao lado de dona Rosa e enquanto ocorria a movimentação de clientes em sua barraca, auxiliávamos na entrega de troco, embalar produtos para clientes e até mesmo a *dibuiar* feijão.

Durante esses movimentos, fazíamos indagações à dona Rosa, mas essas indagações não eram em decorrência de perguntas prontas e fechadas, mas sim feitas a partir de um tema central, um assunto chave que servia como o fio condutor para o diálogo, resultando assim em uma entrevista informal. No contexto das entrevistas, os assuntos chaves eram: formas organizacionais da produção e processo de comercialização. A partir disso, as perguntas abertas conduziam o assunto para o processo de produção, a organização do processo produtivo e da comercialização e história do território.

Por outro lado, a realização da pesquisa *Agricultura Familiar e as formas de resistência ao agronegócio* foi possível em 2026, na comunidade Belenzinho, a partir do convite feito por Rosa para visitar sua casa, conhecer seu território e sua plantação. Logo, a partir desse convite, deram-se início às visitas de campo nos dias 23 e 24 de janeiro de 2026³, com o objetivo de compreender os efeitos do agronegócio na agricultura familiar e analisar as estratégias de resistência desenvolvidas.

A pesquisa exploratória na comunidade Belenzinho, onde dona Rosa reside, sucedeu antecedente ao levantamento das leituras e discussões teóricas e o momento antecedente ao trabalho de campo contou com uma reunião no dia 22 de janeiro de 2026 com a orientadora. Nessa ocasião, foram levantadas algumas perguntas⁴ que serviriam tanto para orientar o alcance dos objetivos da pesquisa quanto para aguçar nosso olhar para a temática em questão.

Nas duas visitas iniciais, não houve preocupação em alcançar resultados imediatos, sobretudo diante da possibilidade de não haver um retorno à comunidade, tampouco busquei

³ No dia 23 a visita contou não apenas com a minha presença, também com a da professora Arydimar e de Ana Vitória Pinheiro Dutra. Já no dia 24, além de nós três, participaram também Eva Eugênia Cabral da Silva e Evandro Lopes

⁴ As perguntas que serviram como orientação foram: Quais os efeitos e transformações que ocorreram na forma de produzir; quais estratégias de resistência utilizada para se manter; quais elementos se utilizam para a preservação do meio ambiente.

realizar uma entrevista formal em um momento isolado com o uso de gravador. Essa escolha não se deu por falta de preparo ou desconhecimento dos métodos de entrevistas, mas sim pela compreensão de que os resultados seriam consequência das condições oferecidas pelo campo e pela interlocutora.

Logo, os instrumentos metodológicos utilizados em campo foram a câmera do celular e o caderno de campo para registro de anotações, ressaltando ainda que, no capítulo 3 esse processo metodológico será descrito de maneira mais detalhada, apresentando a forma como possibilitou o alcance dos objetivos desta pesquisa e seus resultados.

O movimento posterior após o campo consistiu no processo de sistematização dos dados. Foi escolhida uma unidade de registro, isto é, um elemento para análise: as entrevistas feitas com dona Rosa. Ao direcionar a percepção para as formas de resistência vividas pela agricultora Rosa, estou reconhecendo que a sua narrativa possui um valor analítico.

Posteriormente, uma transcrição das entrevistas e uma descrição dos acontecimentos de cada encontro foi efetuado ao passo que a pré-análise consistiu em uma leitura de todo esse material para que fosse possível entender um panorama das entrevistas e criar categorias iniciais que serviriam para orientar a análise. As categorias foram: histórias sobre o processo produtivo; histórias sobre comercialização; e histórias sobre as estratégias de resistência. Adiante o processo da análise consistiu em apanhar trechos da transcrição e distribuir dentro das categorias criadas na pré-análise para compreender como cada uma delas se relacionava.

A análise foi ampliada para a interpretação como *atividade fim*, articulando os dados com as teorias e com os objetivos da pesquisa. Este processo foi feito da seguinte forma: as falas de Rosa foram articuladas com a fundamentação teórica e com as observações do trabalho de campo, culminando na escrita dos capítulos desta monografia, cujo objetivo consiste em analisar, a partir de Rosa Maria Silva Sousa, as formas de resistência ao agronegócio e às políticas de desenvolvimento.

1.3 Tecendo o caminho da monografia

O percurso do primeiro capítulo desta monografia foi partir preliminarmente de uma reflexão sobre a densidade conceitual das categorias “camponês, agricultor familiar e agronegócio” a partir dos escritos de Wanderley e Davis e Goldberg (1957, apud Fernandes, 2008). Essa reflexão foi construída articulando os dados da pesquisa de campo com a teoria, com o propósito de destacar que tais conceitos não devem ser pensados como definições operacionais.

No segundo capítulo, intitulado “*O avanço do agronegócio pautado nas políticas desenvolvimentistas*”, expando uma análise fundamentada nos escritos de Jorge R. Montenegro Gómez, a partir de um modelo de política de desenvolvimento, para explicar o que são essas políticas, como opera e quem opera.

Em seguida, examino a Lei N° 2.979, de 17 de junho de 1969, batizada pelos movimentos sociais como Lei Sarney de Terras, como exemplo de uma proposta em que a promoção do desenvolvimento justificada pelo pretexto de alavancar a economia e reduzir a pobreza, esteve marcada por ações violentas, expropriação de terras e controle social, e colocou o agricultor familiar a desenvolver estratégias de sobrevivência e luta. No capítulo três denominado “*A produção e a comercialização: a resistência em cena*”, examino as formas de resistência protagonizadas pela agricultora Rosa Maria Silva Sousa, a partir de sua prática de produção e da comercialização de produtos na *Feirinha da Gente*.

2. CAMPONÊS, AGRICULTOR FAMILIAR E AGRONEGÓCIO: ANTES QUE DEFINIÇÃO OPERACIONAL, ISTO É CONCEITO

Se no senso comum o camponês parece excluído da modernidade, o agricultor familiar é o ator social do mundo moderno cuja produção é única, homogeneizada e estruturada por um modelo do tipo empresarial e industrial, e o agronegócio é o setor que promove sustentabilidade, bate recordes de emprego e garante à população acesso a alimentos em quantidade e qualidade, então seu conceito não importa tanto assim, não é? Mas antes que conceito, isto é definição operacional, ou seja, são pré-noções já estabelecidas/consolidadas, mas não conceito.

Para conceituá-las, importa analisar a dinâmica dessas categorias, pois o conceito implica em uma mudança de significado a depender de quem utiliza e como utiliza. Portanto, a partir deste ponto, faço uma reflexão sobre a densidade conceitual dessas categorias, articulando-as com os dados da pesquisa de campo, com o objetivo de enfatizar que tais conceitos não devem ser entendidos como definições operacionais.

2.1 Agricultura Familiar e Camponês: laços de integração ou decomposição?

Volto um pouco a Rosa Maria Silva Sousa, residente na comunidade Belenzinho há 20 anos e auto-reconhecida como agricultora desde a infância em razão de seu pai também ter exercido essa atividade, para analisar as suas formas de resistência em contraponto ao agronegócio e às políticas de desenvolvimento e, para isso, optou inicialmente por prosseguir fazendo essa relação com o conceito de agricultor familiar defendido por Wanderley (2004).

Wanderley, a partir dos processos de transformação da sociedade brasileira, constituiu para a sociologia uma importante compreensão sobre o lugar do mundo rural nesses processos ao focar em temas como capital e propriedade da terra; agricultura e acumulação do capital; concentração fundiária e lutas pela terra, dentre outros. Além de lecionar na UNICAMP, coordenou trabalhos na área de agricultura e questão agrária. (Godoi, s.d.)

Ao direcionar pelo caminho de articular dados do campo com a teoria de Wanderley, estou reconhecendo e corroborando com a perspectiva de Almeida (2008) sobre o que aborda sobre conceito. O conceito de uma categoria, afirma ele, envolve entender as circunstâncias e o significado de algo, consiste mais ainda em um instrumento de análise sobre o termo em questão. Em outras palavras, o conceito não é algo que se encontra em um dicionário, mas que implica um significado dinâmico, que muda conforme o contexto e o uso, ele não serve

apenas para nomear coisas, mas para analisá-las e interpretá-las, enquanto a definição corresponde a algo genérico, simplificado e direto. (Almeida, 2008).

Para esse processo, importa tomar como referência a teoria defendida por Wanderley (2004) no artigo *Agricultura Familiar e campesinato: rupturas e continuidade* não porque alguns dos aspectos do conceito de agricultura familiar apontado por ela não se encontram regidos igualmente pelo que se observou na pesquisa de campo, como será apontado em parágrafos seguintes, mas porque ela julga ser necessário apontar o conceito de agricultor considerando entender como ele foi sendo constituído no mundo moderno em vez de reduzi-los àquilo que os teóricos dos anos 1970 entendiam: como uma categoria que estava passando pela implantação de uma forma social de produção única, homogeneizada e representada por um modelo empresarial, gestado pela própria ação do Estado. (Wanderley, 2004)

À vista disso, a autora está sinalizando que, para conceituar agricultor familiar, faz-se necessário considerar pontos de ruptura e elementos de continuidade entre o camponês e agricultor, pois o agricultor não é reduzido a um objeto de intervenção do Estado sem história e o camponês não é simplesmente excluído desse futuro. (Wanderley, 2004). Em vias mais claras, com esses apontamentos, o objetivo deste tópico é articular a teoria de Wanderley (2024) sobre o conceito de agricultor familiar - que deve ser entendido pelas rupturas e continuidade com o camponês - com os dados da pesquisa de campo para mostrar como se manifestam as formas de resistência de dona Rosa.

Ao considerar elementos de ruptura e de continuidade entre as duas categorias, o conceito de agricultor toma delineação por Wanderley (2004), pois é um ator social do mundo moderno, capaz de resistir e se adaptar aos novos contextos econômicos e sociais quando integrado no mercado, recebendo influência da sociedade englobante. Nesse sentido, é a partir desse apontamento de Wanderley que neste trabalho utilizo o termo *ator social* para referir-se ao agricultor familiar.

A autora o caracteriza como ator social porque, enquanto ator social, ele transforma o setor agrícola, resistindo a mudanças profundas que afetam tanto a produção quanto sua vida social. Essa resistência decorre tanto de elementos de continuidade com o campesinato, quando a lógica familiar não é abolida e permanece orientando novas decisões, quanto de elementos de ruptura quando se adapta às exigências modernas do mercado e da sociedade.

Mas quais são os elementos de ruptura e permanência? A primeira questão diz respeito à suposição clássica de que o camponês seria, pela sua natureza, dedicados apenas para a subsistência familiar e que, como consequência, ele seria excluído da modernidade.

(Wanderley, 2004). Segundo a autora, há um contraste nessa teoria clássica porque, mesmo inserido no mercado moderno, o agricultor mantém elementos de continuidade com o camponês quando a subsistência continua existindo. Essa realidade rompe com a teoria clássica que dizia que o camponês só sabia produzir para subsistência, pois Wanderley (2004) aponta que o camponês tem capacidade de investir e de se integrar no mercado, mas escolhe manter a subsistência como objetivo central.

Para a compreensão dessa percepção na prática, rememoro a manhã do dia 23 de janeiro de 2026. Rosa, ao comentar sentir fome enquanto aguardava a nossa chegada - minha, da professora Arydimar Gaioso e de Ana Vitória - nos convidou para tomar café. Enquanto preparava o *beiju*, pediu que nos acomodássemos próximo à cozinha. Nesse momento, mencionou que no dia anterior não havia se sentido bem de saúde e, por isso, naquela manhã decidiu soltar as galinhas que havia prendido, com a pretensão de tratá-las e entregá-las à filha Marilene para serem vendidas na *Feirinha da Gente*.

Com o objetivo, naquele dia, de conhecer a horta e a roça de dona Rosa, ela deixou uma carne descongelando próximo à pia para o almoço, de modo que, ao retornar, pudesse preparar a refeição. Porém, ao voltarmos, Rosa percebeu que seu gato de criação havia comido a carne. Então, pensando em preparar uma comida que não tomasse muito tempo, pegou uma de suas galinhas para que pudéssemos consumir.

A história mencionada pode ser abordada em referência aos apontamentos teóricos de Wanderley quando a agricultora Rosa, ainda que tenha sua produção orientada para o mercado da feira, isso não impede que a mesma seja consumida pela família, sob a forma de autoconsumo.

Uma segunda questão refere-se ao princípio do rendimento indivisível, conceito formulado por Chayanov (1974) e apontado por Wanderley (2004). Esse princípio significa que tudo o que a família produz é visto como um único rendimento coletivo, sem separação interna. Quando o agricultor familiar se integra ao mercado, precisa dividir o dinheiro em parcelas diferentes, como, por exemplo, comprar máquinas, pagar insumos ou até juros bancários.

A hipótese de Wanderley é que, apesar dessa divisão, internamente a família continua percebendo o resultado da produção como um rendimento único e coletivo. Mas essa permanência de rendimento coletivo gera consequências, pois, ao mesmo tempo que permite que a família realize projetos comuns, também gera conflitos entre seus membros, já que todos compartilham o mesmo rendimento e precisam decidir juntos como usá-lo.

Contudo, esta hipótese do rendimento indivisível abordado por Wanderley (2004) não se aplica à realidade de Rosa por conta de sua configuração territorial. Para compreender esse aspecto, recordo a manhã do dia 23 de janeiro de 2026. Ao sermos convidadas por Rosa a entrar em sua casa e nos acomodar na sala, a professora comentou sobre os percalços da estrada, destacando a dificuldade em localizar a residência por se tratar de um local ainda desconhecido para nós.

Durante essa conversa inicial, a professora mencionou ter observado um campo de soja no caminho e indagou a Rosa se as casas ao redor, incluindo a sua, correspondiam a uma área de assentamento ou se correspondiam a um loteamento. Essa questão abriu espaço para histórias sobre a comunidade e sobre a memória daquele lugar.

Segundo Rosa, as localidades Nazaré, Belenzinho e Cajazeiras formavam no passado uma única grande fazenda pertencente a Armando Ferre. Com a morte do proprietário, seus filhos decidiram dividir e lotear as terras, oferecendo aos trabalhadores que já viviam ali a possibilidade de adquiri-las por meio de pagamentos parcelados. Contudo, naquele período, Rosa e seu atual marido, Elias, ainda não residiam na região.

Com a morte do proprietário, o território foi dividido pelos próprios filhos. Assim, a antiga fazenda, antes compreendida como um único terreno extenso, passou a ser loteada: abriram uma estrada no meio e separaram o espaço em dois lados, redefinindo assim sua organização.

Como resultado dessa configuração territorial, embora a região seja conhecida como comunidade tradicional, o uso da terra não segue um modelo coletivo característico dessas comunidades. Na prática, cada família ocupa um lote, mas a produção agrícola não é feita coletivamente. Em outras palavras, dentro de uma mesma propriedade familiar, cada pessoa mantém sua própria horta, escolhe o que plantar e o que produzir de forma individual. Essa configuração faz com que o rendimento obtido não seja coletivo ou indivisível, mas sim individual, uma vez que a produção também ocorre de maneira autônoma.

Para compreender mais a fundo os elementos de continuidade e ruptura entre agricultor e camponês, é indispensável apontar uma análise sobre a relação ao tempo que ambos dispõem. Rambaud (1982, apud Wanderley, 2004) afirma que, enquanto o camponês baseia os saberes no passado e suas tradições, o agricultor, ao ser introduzido por transformações que o Estado impõe como noção de progresso, os saberes técnicos passam a ser aprendidos.

Nesse contexto, significa dizer que a agricultura passa a ser uma profissão em que se aprende a fazer estatísticas do processo de produção para prever resultados e contabilidade.

Entretanto, Rambaud (1982, apud Wanderley, 2004) destaca que, ainda que essas transformações sejam incontestáveis, os saberes tradicionais não se enfraqueceram e permanecem determinando algumas práticas, como por exemplo quando se desenvolvem formas de estabelecer vínculos de pertencimento em uma terra, de maneira que este espaço físico passa a ser visto como espaço de identificação e não apenas como um espaço técnico de produção.

Similar ao que se observou em campo, durante a preparação do café, ainda no dia 23 de janeiro de 2026, a conversa se estendia por diversos assuntos, como criação de porcos e relações familiares. Nesse momento, Marilene, filha de Rosa, apareceu para nos cumprimentar. A sua presença possibilitou um diálogo mais amplo sobre os efeitos e transformações ocorridos nos últimos anos na produção agrícola.

Enquanto comíamos o *beiju*, as formas particulares de preparar determinadas refeições se tornaram o diálogo central. Esse tema abriu espaço para que Marilene rememorasse a visita de uma pesquisadora que, anos atrás, esteve na comunidade e influenciou na transformação de seus processo produtivo.

Com a chegada dessa pessoa, Rosa e Marilene não apenas adaptaram a produção com novas técnicas, como também passaram a diversificar o que produziam. Isso ocorreu porque essa pesquisadora, realizava oficinas voltadas ao ensino de determinadas técnicas de preparo de alimentos derivados do babaçu, utilizando máquinas específicas.

Dessa forma, a produção, que antes se restringia à horta e roça, passou a incluir também os derivados do babaçu. Marilene aprendeu a preparar biscoitos, retirar o mesocarpo, fazer cocada e bolo de mesocarpo. Contudo, ainda que essa prática tenha introduzido transformações na feitura de determinados produtos, os saberes tradicionais não se enfraqueceram e permaneceram determinando algumas práticas, a isso rememoro a etapa para o preparo do mesocarpo.

O preparo do mesocarpo⁵ é realizado pela unidade familiar e começa já na escolha do coco na palmeira, que deve estar verde. Após a quantia necessária, cortam as extremidades do coco e retira-se toda a casca. Em seguida, com o auxílio de um pedaço de pau ou martelo, bate em uma parte específica até soltar o mesocarpo. Depois, o material é lavado, colocado para secar ao sol, triturado no liquidificador, peneirado e, por fim, passado em um pano chamado volta ao mundo.

⁵ O mesocarpo de babaçu é uma camada do fruto que fica localizado entre a casca externa e a amêndoa, utilizada como farinha

Figura 3 - Embalagem que contém mesocarpo



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

O que essas menções dizem sobre o conceito de agricultor familiar? O agricultor familiar é um ator social do mundo moderno, mas não sob a percepção que analisava os teóricos dos anos 1970, atrelando este agricultor a uma simples reprodução do campesinato ou à exclusão do camponês. Este agricultor é um ator social porque, de uma certa forma, ele permanece estabelecendo laços com o camponês na medida em que a família continua orientando as estratégias de produção, e estabelece elementos de ruptura quando procura formas de resistir e se adaptar dentro do contexto econômico e social da modernização.

Dessa forma, o que concede aos agricultores a condição de atores sociais é precisamente a referência à continuidade e à ruptura. Estabelece laços de continuidade quando o agricultor mantém presente práticas da lógica camponesa em meio às transformações, por exemplo, da noção do tempo do mundo industrial, e estabelece elementos de ruptura quando produz formas próprias de se adaptar às condições modernas.

Observa-se que essas transformações no setor agrícola, além de fazer uma passagem irreversível da condição de camponês tradicional para a de agricultor moderno, não eliminaram a diversidade de formas de produção da agricultura. Mas, do tempo que Wanderley apontou esse debate, no ano de 2004, para este ano de 2026, continua perdurando a perspectiva capitalista de que, se o agricultor está inserido no mercado moderno, o setor agrícola é passível de um campo de investimento do capital.

2.2 Agronegócio e seus efeitos

Karl Marx (2015), em *O Capital*, afirma que a acumulação primitiva, prévia à acumulação capitalista, tem suas origens fincadas na violência e na expropriação. Isso

significa que a estrutura econômica da sociedade capitalista, para se manter em constante expansão e em uma reprodução permanente, é também a ampliação destes métodos primeiro.

É o caso do agronegócio que constrói discursos de modernização, desenvolvimento e industrialização que se distinguem dos discursos e do modo de vida de agricultores familiares, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, dentre outros que estão sendo oprimidos pelos seus efeitos. Para além disso, desempenha em Caxias-MA um papel cada vez mais determinante na relação das comunidades com seus territórios e com as suas formas produtivas, ao empregar, por exemplo, o uso de agrotóxicos ou uma lógica de produção capitalista que orienta formas antagônicas de produção da existência.

Mas para compreender a natureza e as vias dessa manutenção, é indispensável apontar antes de tudo o conceito de agronegócio, pois seu conceito, quando situado em sites como *Toda Matéria*, *GI*, *Terra e Fundação Instituto de Administração - FIA*), se encontrará referências que o caracterizam como o setor que bate recordes de empregos, garante à população acesso a alimentos em quantidade e qualidade e introduz tecnologias avançadas que soluciona e promove sustentabilidade. Estes conceitos apresentados dissimulam uma percepção que prejudica a possibilidade de traçar os verdadeiros efeitos do agronegócio.

Pois, antes que conceito, a maneira como os sites acima tratam agronegócio remete mais a uma noção operacional que, na visão de Almeida (2008), corresponde a uma definição simplificada, genérica e direta, por acabar restringindo o setor que pratica uma ação contrária. Para isso, centralizo foco no conceito de agronegócio apontado por Davis e Goldberg (1957, apud Fernandes, 2008).

Davis e Goldberg (1957, apud Fernandes, 2008) aponta que o conceito de agronegócio/agrobusiness é muito mais estruturado e complexo porque ele não é somente o campo, mas sim uma rede de sistemas que envolve a agricultura, indústria, mercado e finanças. Essa rede de sistema que funciona em interdependência é controlada pelas empresas transnacionais que trabalham com um ou mais commodities e alinhadas por uma ideologia de desenvolvimento econômico, cujo princípio que guia, organiza e dá sentido a esse sistema em todos esses setores é o capital.

Para que se possa ter uma ideia adequada deste conceito de agronegócio no exercício de sua prática, enquanto um sistema, recordo como exemplo o processo de colonização na América Latina, iniciado no século XVI, quando foram desempenhadas atividades primárias que visavam um excedente comercializável. Este exemplo é destacado em questão porque o colonialismo não só fez surgir na América Latina um sistema urbano com o objetivo de

sustentar a sua exploração, como também assegurou a sua manutenção na cidade industrial. (Paul Singer, 1995).

No século XVI, aponta Paul Singer (1995), estabeleceu-se um modo de produção baseado para gerar excedentes destinados às metrópoles, com rápida inserção nos mercados europeus. Esse modelo baseava-se em um reordenamento nas relações de produção, aproveitando estruturas locais ou impondo novas quando as forças produtivas indígenas eram insuficientes, assim, fez criar em vários lugares um setor de mercado externo.

A segunda condição foi criar um mercado consumidor capaz de absorver tais produtos, já que a Europa não tinha condições de cumprir esse papel uma vez que a maior parte da população vivia no campo consumindo aquilo que produzia e o que se extraía de excedente dessas comunidades servia para alimentar a cidade.

Nessas circunstâncias, diante da necessidade de acumular riqueza, a alternativa foi explorar áreas que contivessem ouro e prata, utilizados como base monetária para a Europa. Essa exploração impactou diretamente o campo, pois a colonização promoveu um rearranjo das atividades primárias, fazendo surgir em cada região uma atividade especializada orientada para o mercado externo. Nesse contexto, consolidou-se uma rede de sistemas articulada entre agricultura, mercado e finanças que sustentou o sistema colonial e permaneceu sob novas formas, nos séculos seguintes.

A rede de sistema funcionava da seguinte forma: o campo desempenhava dois papéis, sendo eles desenvolver atividades especializadas orientadas para o mercado externo e produzir alimentos cujo excedente alimentar era apropriado pela Coroa. Neste sistema, o papel da cidade colonial era absorver, sob coerção, e redistribuir este excedente, pois ela era estéril de produção. Assim, a Coroa se apropriava do excedente do campo sob forma de imposto; os mercadores controlavam o comércio e a igreja atuava como agente financeiro. (Paul Singer, 1995).

Essa rede de sistema, mostra que o que distingue o critério da cidade e do campo não é o tamanho da população e da densidade demográfica. Paul Singer (1995) já advertia que, se deseja fazer uma análise do campo e da cidade, deve-se abandonar o critério de densidade demográfica e substituí-lo por uma noção mais ampla. Essa noção tem que ser simultaneamente política e econômica e, mais do que isso, tem que partir de uma divisão de poderes e de atividades entre o campo e a cidade.

Essa abordagem permite entender que o poder político é englobado tanto de maneira nacional quanto regional e, para que ele possa existir e operar, requer uma sede que seja urbana, já que para haver o exercício deste poder exige como princípio a existência e o uso de

órgãos e entidades para executar essas funções, desta maneira, “criam” a cidade. Nesse contexto, a cidade, que sedia o poder, domina politicamente o campo, impondo-lhe sua autoridade e lei, enquanto o poder político no campo abrange uma área limitada, é descentralizado e exercido por aqueles que detêm a propriedade de terra. (Singer, 1995).

Do ponto de vista econômico, a divisão de trabalho entre os dois ambientes é abstrata por conta da ausência de atividade agrícola na cidade, pois esse tipo de atividade requer, em geral, uma utilização extensiva do espaço, algo que é incompatível com a própria configuração urbana. Portanto, na medida em que o campo pode ser economicamente auto-suficiente por realizar atividades primárias e a cidade não pode alcançar essa condição por não possuir o contato direto com a natureza, ambos constituem dois modos diferentes de organização e mais do que isso, a cidade, para poder subsistir, irá exercer um domínio político do campo para dele extrair um excedente. (Paul Singer, 1995).

Para exemplificar a materialização dessa lógica, aponto uma relação dessa teoria de Paul Singer com os efeitos do agronegócio sobre a agricultura familiar. O agronegócio, como apontado a partir da visão de Davis e Goldberg (1957, apud Fernandes, 2008), possui uma rede de sistema que possibilita o poder político e econômico ser um espaço de fluxo operando em diversos lugares em vez de centralizado. Ao operar no campo, os seus efeitos na agricultura familiar anunciam consequências.

Em direção a Belenzinho, percorremos uma estrada de terra, onde em diversos trechos o horizonte era tomado por extensas plantações de soja, formando uma paisagem homogênea e sem a presença de outros tipos de vegetação. Essa observação preliminar, realizada durante o percurso, revelou-se significativa para compreender parte do objetivo desta pesquisa, que trata dos efeitos do agronegócio na agricultura. O cenário mostra que um de seus impactos é a alteração da geografia local por meio do desmatamento, afetando o meio ambiente e modificando as formas produtivas locais.

Para além do que foi identificado durante o percurso até Belenzinho, os efeitos do agronegócio podem ser percebidos de forma indireta e direta. Pois Rosa apontou que a produção estava difícil de vingar. Ao estarmos em sua horta, foi possível observar que ela não apresentava uma produção cheia, pois alguns produtos estavam morrendo. Os motivos dessas alterações são comumente divulgadas pelas mídias sociais e, segundo Rosa, explicadas por dois fatores: a intensificação das pragas naturais e as mudanças climáticas.

As mudanças climáticas podem ser atribuídas, em grande medida, ao agronegócio. Essa relação foi publicada pela Agência Brasil em 2024, na qual o coordenador do Relatório Temático sobre Agricultura, Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos, professor do Instituto

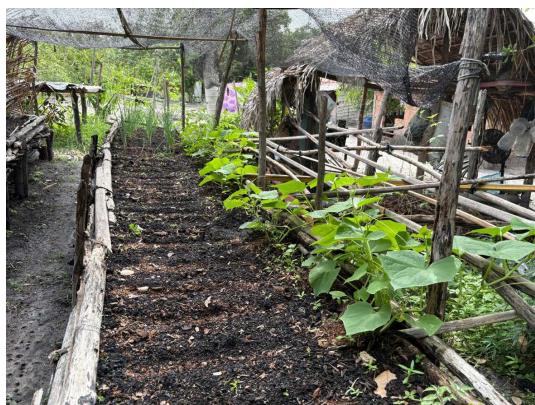
de Biociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Gerhard Ernst Overbeck, destacou que, embora o Brasil seja considerado o celeiro do mundo em razão da produção agrícola convencional, essa mesma prática gera uma série de consequências negativas.

A contaminação da água pelo uso intensivo de insumos, a expansão das áreas agrícolas em todos os biomas - resultando na diminuição da vegetação nativa - e, além disso, o desmatamento da Amazônia, são fatores diretamente relacionados às mudanças climáticas. O impacto dessas mudanças na produção de Rosa torna-se claro quando se observa que o cultivo da mandioca, por exemplo, antes realizado seguindo um calendário ajustado às estações mais propícias, já não pode ser mantido devido à ausência de certeza quanto às condições climáticas, inviabilizando dessa forma a previsibilidade do plantio.

Para além do efeito indireto, observa-se o efeito direto. Rosa, ao ser questionada sobre a circulação de veneno na região, relatou que em um determinado período havia circulação, embora não tenha especificado a data. Acrescentou ainda que, ano passado - em 2025 - entraram com mecanismos legais, uma vez que o veneno estava afetando diretamente as roças. Por outro lado, a intensificação das pragas naturais constitui também uma ameaça à produção, uma vez que não há como controlá-las, já que, por escolha pessoal, Rosa e Marilene não fazem o uso de defensivos agrícolas.

Pois como mencionado anteriormente, ainda que elas saibam que sua produção e a comercialização sejam prejudicadas, o uso defensivo agrícola na perspectiva delas não é certamente o caminho que tem que ser levado para produzir mais e em maior quantidade. Como exemplo, destaco a produção do coentro, onde foi relatado que o plantio já havia sido realizado duas vezes, mas, em ambas as ocasiões, não houve sucesso devido a quantidade de besouro e lagarta. A estratégia para fazer a produção vingar era adquirir mais tela, sombrite e cercar ao redor.

Figura 4 - Horta de Rosa com cultivo abundante de cebolinha e coentro que não desenvolveu



Fonte: Arquivo pessoal (2026)

A partir dos apontamentos sobre a densidade conceitual de agricultor familiar e de agronegócio, foi possível visualizar previamente, através da articulação de dados de campo e teoria, as formas de resistência da agricultora Rosa e os impactos da ação do agronegócio. Além disso, foi possível compreender, a partir do conceito de agronegócio, que ele opera como uma rede de sistema, não de forma neutra, mas orientada por políticas desenvolvimentistas. Para compreender como funcionam essas políticas e seus efeitos na agricultura familiar, detalho essa discussão no capítulo seguinte.

3. O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO PAUTADO NAS POLÍTICAS DESENVOLVIMENTISTA

É fundamental destacar que, neste capítulo, tenho por objetivo apresentar uma dimensão do conceito de desenvolvimento; refletir, tomando como referência a Política de Desenvolvimento Territorial Rural enquanto um modelo de projeto desenvolvimentista, seu formato e as funções que adquiriu na América Latina e descrever, a partir da Lei Nº 2.979, de 17 de junho de 1969, batizada pelos movimentos sociais como Lei Sarney de Terras, os métodos utilizados para promover o desenvolvimento econômico no Maranhão, pautado na violência, exclusão e controle social.

Aponto iniciar com o conceito de desenvolvimento, a fim de possibilitar compreender as particularidades das políticas correspondentes, pois, como exposto no capítulo 1, o agronegócio opera como uma rede de sistemas que envolve agricultura, indústria, mercado e finanças, não de maneira neutra, mas orientados por uma política de desenvolvimento econômico controlados por grandes empresas.

O termo remete ora a uma noção de progresso, em que, introduzindo novas ações, promove uma boa qualidade de vida, ora como força motriz capaz de conduzir uma sociedade atrasada a uma sociedade avançada (Santos, et al. 2012). Mas o campo semântico de “desenvolvimento” na ciência econômica, política e social tem sucessivamente se expandido, mas o seu conceito não tem sido unânime.

Segundo Santos, nas últimas décadas do século XVII, o termo se aproximava do conceito biológico de Darwin, no qual pressupunha-se que o progresso de uma sociedade não era algo que se manifestava de maneira natural ou ainda que seria garantido às sociedades, mas sim que era uma propriedade específica de algumas sociedades ocidentais. Assim, pensava-se que, para uma sociedade, não sendo ela ocidental, evoluir para um estado superior, deveria pôr em movimento ações e mudanças que pudessem fazê-lo evoluir.

Contudo, na medida em que a crise econômica do mundo capitalista refletia preocupações, o termo “desenvolvimento” teve sua autoridade científica na ciência econômica na década de 1940, quando se construiu um arcabouço teórico e metodológico para descrevê-lo e promovê-lo como algo próximo à sociedade industrial e urbana por meio do acúmulo de riqueza. (Santos et al., 2012).

Por outro lado, Santos (et al. 2012) aponta que a ampliação do termo no campo político apresentou-se a partir do discurso da modernidade como uma ideia de progresso. Ou seja, o mundo ocidental, sendo ele concebido como a própria modernidade, por ser o palco da

Revolução Francesa e da Revolução Industrial, apresenta ao mundo como eles devem evoluir para uma sociedade industrial urbana. Nessa perspectiva, o desenvolvimento passa a ser atribuído à capacidade que uma sociedade tem de garantir o crescimento da produção, do consumo e da renda, enquanto o que dará a ela o status de moderno será o seu nível de industrialização e urbanização.

No pensamento latino americano, a categoria também foi debatida na dimensão social. Apesar de Santos (et al., 2012) não aprofundar essa discussão, houve críticas ao conceito de desenvolvimento com ênfase em fazer evoluir o sistema produtivo e visar o acúmulo de capital sem antes olhar para as melhorias das condições sociais da população. Para ilustrar essa discussão de forma detalhada, aponto isso no subtópico seguinte: *“As duas faces das políticas de desenvolvimento.”*

Diante dos apontamentos sobre o conceito de desenvolvimento, em diferentes áreas do campo econômico, político e social, é perceptível um traço em comum. Embora não haja uma unanimidade sobre seu conceito, o desenvolvimento, além de representar uma noção de progresso, configura-se como uma estratégia de reprodução do capital e de controle social que busca promover uma correção do desequilíbrio econômico, político e social de maneira cristalizada. Para visualizar isto na prática, remeto como exemplo a modernização no Maranhão a partir de 1960 e 1970.

O desenvolvimento do Estado do Maranhão ganhou impulso com os investimentos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e também com a aprovação da Lei 2.979 de 17 de julho de 1969 - conhecida como Lei de Terras Sarney -. Essas ações, fundamentadas e pautadas sob o pretexto de propiciar transformações socioeconômicas no estado, justificavam-se em violência, exclusão de povos tradicionais, disputas e devastação de terras. (Costa, 2018).

Para fins ilustrativos, a primeira ação após a Lei de Terras Sarney ser implementada foi refinar a concessão de terras de proprietários que não utilizassem devidamente suas terras com atividades agropecuárias, extrativas ou industriais e distribuir terras livres aos empresários rurais para modernizar o setor agrário. Essas ações alavancaram conflitos fundiários, fluxos migratórios, grilagem e marginalização social. (Amaral Neto, 2019).

É a partir dessas consequência que, nas ponderações sobre o conceito de desenvolvimento, intensifico nos subtópicos seguintes - *“As duas faces das políticas de desenvolvimento”* e *“A violência como um instrumento para a promoção de um*

desenvolvimento econômico no Maranhão” - uma análise desse fenômeno, apontando como uma política de desenvolvimento opera e seus efeitos.

3.1 As duas faces das políticas de desenvolvimento

Para compreender a natureza e as vias duais sobre uma política de desenvolvimento, fundamento esse subtópico na escrita de Jorge R. Montenegro Gómez (2008) a partir do texto *Os limites do consenso - A proposta de desenvolvimento territorial rural na América Latina*. Importa utilizar os escritos de Gómez (2008) porque ele oferece uma reflexão sobre o formato e as funções de um modelo de política baseado no agronegócio que estava sendo imposto sobre a América Latina, modelo este que oferecia participação da população e transformação produtiva de um território a partir do respaldo de um controle social.

A proposta da Política de Desenvolvimento Territorial Rural emerge a partir das instituições internacionais, como por exemplo do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e Rede Internacional de Metodologia de Pesquisa de Sistemas de Produção/Centro Latino-Americano de Desenvolvimento Rural (Rimisp), mas não por uma razão inesperada ou acidental e sim por uma necessidade de se atualizar econômica, social e politicamente. Essa necessidade surge porque, nas últimas cinco décadas, essas instituições acumularam fracassos a partir de inúmeras tentativas de se adaptar às mudanças do mundo. (Gómez, 2008).

Dessa forma, dedicadas a promover desenvolvimento, as instituições internacionais viram o território como um elemento central para aplicar políticas desenvolvimentistas. Essa percepção, inspirada em estudos sobre a Terceira Itália em 1980 e pelo programa Zonas de Empoderamento e Comunidades Empresariais (EZ/EC) do governo dos EUA na década de 1990, só começou a ser sistematizada nos primeiros anos do século XXI.

Assim, os motivos utilizados pelas instituições internacionais para a proposta da Política de Desenvolvimento Territorial Rural eram propor uma remediação dos males que se assolavam nas áreas rurais - a pobreza. Essa política, que começou a ser formulada nos primeiros anos do século XXI, como mencionado anteriormente, conquistou um lugar na América Latina de modo a se tornar um interesse dos governos nacionais e locais.

Mas o que é essa Política de Desenvolvimento Territorial Rural, como ela opera e por quem? Schejtman e Berdegú (2004, apud Gómez, 2008) destacam que essa política trata-se de um processo de transformação produtiva e institucional em etapas organizadas. A organização é orientada a partir de dois objetivos: o primeiro é reduzir a pobreza, visando no processo produtivo, vincular a economia do território aos mercados dinâmicos e o segundo é

transformar/reorganizar instituições para estimular uma rede de colaboração entre os atores sociais dos territórios com agentes externos.

Ademais, afirma Gómez (2008), para essa política operar exige-se três coisas: uma reestruturação do Estado, e por reestruturação implica criar instituições mediadoras entre o Estado, o mercado e a sociedade, podendo ser tanto ONGs quanto conselhos ou comissões; estimular uma identidade territorial e diversificar a produção rural. Em outras palavras, o projeto de desenvolvimento, para ser gerido de maneira duradoura, visa, como uma das propostas, incentivar que se tenha uma identidade territorial e, mais do que isso, deve considerar diversificar toda a produção dos atores sociais para o nicho do mercado.

No entanto, essas propostas de meios operacionais mencionadas acima devem ser adaptadas e implementadas a partir de diretrizes elaboradas e modelos padronizados disponíveis pelas instituições internacionais. (Gómez, 2008). Nota-se a partir disso uma discrepância e uma primeira dualidade porque a proposta pré-concebida por instituições internacionais e acatada por um país é adquirida a partir de elaborações prévias totalmente descontextualizadas da realidade cotidiana da América Latina.

Dito isso, para que essas propostas de política de desenvolvimento sejam acatadas, alguém tem que contribuir com a prestação de serviço na América Latina, e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) é que são atribuídos a este trabalho. (Gómez, 2008).

No entanto, para se criar na América Latina um Grupo Interagencial para o Desenvolvimento Rural, Gómez (2008) aponta que instituições como Banco Mundial, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional se juntam a essas outras instituições.

Ademais, para expor uma outra dualidade dessa política, na execução da Política de Desenvolvimento Territorial Rural a partir de 1970, por parte das empresas internacionais, observou-se que a participação da população torna-se indispensável como pretexto para a política desenvolvimentista ser legitimada a fim de ocultar a sua verdadeira objetividade - exercer controle social. Como isso ocorre?

Gómez (2008), embora não explicita de que maneira essas opiniões são expressadas nem por quais mecanismos são divulgadas e validadas, ressalta que, quando a população expressa opiniões sobre o processo em curso e em tomadas de decisões, essa participação é vista dentro da ótica da política desenvolvimentista, como um aparato que dá validação para

operar dentro das normas e leis, pois assim o Estado não concentra apenas em suas mãos todo o poder de decisão.

Para exemplificar isso, o autor remete à situação do Brasil, no qual foram criadas em 2003 Comissões de Implementação de Ações Territoriais, onde os atores sociais deveriam elaborar um plano articulando as necessidades do território e as políticas públicas já existentes. Quando elaborado, a aprovação dos recursos deveria vir dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural.

Nesse sentido, o projeto desenvolvimentista, afirma Gómez (2008), ganha uma dupla legitimidade: uma legitimidade por parte da população ao participar das tomadas de decisões e outra por parte do Estado ao acatar esse projeto e conceder sustentação no momento em que cria instituições mediadoras entre si, o mercado e a sociedade. No entanto, o autor aponta que uma dualidade persiste quando nesse processo de participação o Estado não aloca recursos financeiros o suficiente para solucionar problemas e os projetos são alinhados em uma lógica capitalista. Ademais, um controle social também é exercido quando, na participação social, o Estado sujeita os atores sociais à burocracia de suas regras, à falta de recursos, à descontinuidade de políticas públicas e na implementação de projetos já definidos de cima para baixo.

Para tornar ainda mais claro como uma política de desenvolvimento opera de maneira dual e faz com que o agricultor familiar desenvolva estratégias de sobrevivência e luta, remeto como exemplo o espaço da *Feirinha da Gente* em Caxias-MA, por meio dele é possível visualizar os efeitos de uma política de desenvolvimento e a dinâmica de resistência presente na comercialização dos produtos. Mas esclareço que a dinâmica de resistência será aprofundada no capítulo 3.

Aponto a *Feirinha da Gente* como política de desenvolvimento porque esse projeto, inaugurado no dia 23 de julho de 2017 pela Prefeitura de Caxias-MA por meio da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres e Secretaria Adjunta de Turismo, na Praça Vespasiano Ramos, foi pensado e elaborado enquanto uma política pública para fomentar a economia local a partir de uma variedade de produtos de artesãos, agricultores familiares e pequenos empreendedores. (Prefeitura Municipal de Caxias-MA, 2017).

Veja bem, remeto a *Feirinha da Gente* ao verbo “foi”, ação passada, e é por essa premissa que inicio. A *Feirinha da Gente*, entre 2024 e 2025 passou por uma redução significativa no número de barracas e na intensidade do movimento de clientes. Essa mudança relaciona-se à interrupção do apoio da gestão municipal, que deixou de fornecer transporte e

estrutura aos agricultores familiares, impactando diretamente na comercialização e na reorganização do espaço da feira.

A dualidade persiste quando a condução da feira, uma vez organizada e planejada a partir de uma política municipal, para promover o desenvolvimento e o fomento da economia local, se mostrou com uma inconstância administrativa quando houve interrupção abrupta do apoio logístico sem qualquer aviso prévio por parte da gestão, comprometendo diretamente a participação dos agricultores familiares.

Essa descontinuidade provocou um impacto significativo na permanência desses atores sociais nesse espaço e, para compreender as formas de resistência por eles desenvolvidas, descrevo esse processo no capítulo 3, pois, antecedente a ele é necessário entender, a partir da Lei de Terras, os métodos já anteriormente utilizados para promover um desenvolvimento econômico no Maranhão pautado na violência, exclusão e controle social.

3.2 A violência como um instrumento para a promoção de um desenvolvimento econômico no Maranhão

Os aspectos da política de desenvolvimento no Maranhão em 1969, com a implementação da Lei N° 2.979 de 17 de junho de 1969, conhecida como Lei Sarney de Terras, foram destituídos de uma perspectiva violenta porque foi firmado sob o pretexto de diminuir a pobreza, a fome, acabar com a corrupção e promover um desenvolvimento econômico no Estado.

Roberval Amaral Neto (2019), doutor em História Social pela UFPA, contextualiza a Lei Sarney de Terras e desenvolve pesquisas voltadas aos movimentos sociais do estado do Maranhão. Suas produções acadêmicas enfatizam a questão agrária brasileira, amazônica e maranhense, abordando especificamente conflitos fundiários no Maranhão contemporâneo e formas de resistência camponesa⁶.

Após o sistema de coronelismo de 1945 a 1965 no Maranhão, o governo de José Sarney, eleito pela frente oposicionista, lançou-se em uma experiência social e política com ideias de progresso: a substituição de um Estado em que a violência era o instrumento da política e a desonestidade englobava todas as repartições públicas por um Estado em que o conflito fundiário era o efeito para a promoção de um desenvolvimento econômico na economia da região. (Amaral Neto, 2019).

⁶ É preciso insistir que o termo camponês utilizado neste subtópico não é uma substituição para referir-se ao agricultor familiar, o camponês, categoria utilizada por Amaral Neto (2019), remete ao contexto histórico em que estava acontecendo a inserção da Lei de Terras.

O princípio que guiava essa ação de alavancar a economia do Estado não era a assistência à população, mas a execução da violência, expropriação de terras, grilagem e concentração fundiária. E, para ocultar a sua verdadeira objetividade, a sua lógica estava sendo assegurada pela Lei de Terras do Maranhão, aprovada em 17 de junho de 1969, dispunha de ações e projetos de colonização – como a Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO) – para assegurar a organização e ocupações de terras com uma ilusória garantia de direitos. Um exemplo dessas ações era destinar a dez mil famílias camponesas 300.000 hectares de terra, porém não saiu do papel. (Amaral Neto, 2019).

Essa Lei de Terras, que ficou conhecida como Lei de Terras Sarney, a princípio, aponta Amaral Neto (2019), apresentava um refinamento de concessão de terras, isto é, aqueles proprietários residentes no Estado que não utilizassem as terras de sua posse com atividades agropecuárias, extrativas ou industriais, teriam a sua posse tomada. Nos anos seguintes, com a ampliação da lei, o destino dessas terras seria atribuído aos empresários rurais e a efetivação dessa ação intencionou a criação das Delegacias de Terras. (ibid).

A Delegacia de Terras, segundo Amaral Neto (2019), tinha como objetivo organizar a ocupação de terras livres no Maranhão, pois as terras devolutas de 90.000 km² - áreas públicas sem destinação específica que estão sob domínio do Estado - e as terras livres de 100.000 km² eram vistas pelos empresários como a solução para modernizar o setor agrário e alavancar a economia. Logo, o efeito dessas ações foram conflitos fundiários e um fluxo migratório de camponeses expulsos.

Visando acelerar o processo de exclusão do camponês, as ações idealizadas no governo de José Sarney em 1969 se expandiu para o governo futuro de Pedro Neiva de Santana em 1971 neste momento sob as instâncias administrativas pois com a Lei N° 3.230 criou em 06 de dezembro de 1971 a Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO) que visava vender às grandes empresas 1.700.000 hectares e depois mais 400.000 hectares de terras devolutas do centro-oeste e da Amazônia Maranhense para implementar projetos econômicos. (Amaral Neto, 2019).

Logo, o que fez menção a promoção de um desenvolvimento econômico no Maranhão a partir da Lei Sarney de Terras foram os momentos em que as famílias camponesas foram despejadas de suas terras sob violência e expropriação a partir de um ilusório discurso de José Sarney de promover a diminuição da pobreza e da fome. Tal semelhança é feita à expropriação de terra pertencente à população rural na Inglaterra no século XIV, relacionada à acumulação primitiva. Pois o processo da acumulação primitiva foi alavancado por meio de violência, ao revogar leis que garantiam a propriedade de terras aos camponeses e da

imposição de métodos, oficializados pelo Estado, de roubo de terras para presentear e vender a preço baixo.

Isto é, significa dizer que o movimento inicial da acumulação primitiva na Inglaterra no século XIV por meio do roubo e da violência jamais caiu em desuso porque a sua reprodução e a sua potencialização ampliaram-se na sociedade capitalista para promover uma acumulação, como se constatou a partir da Lei de Terras no Maranhão na segunda metade do século XX.

4. A PRODUÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO: A RESISTÊNCIA EM CENA

Com base nas discussões realizadas até aqui, pode-se afirmar que no processo de comercialização dos produtos advindos da agricultura familiar, há um padrão de etapas estruturadas que se pode denominar de pré-comercialização e comercialização. Supõe-se que na etapa de pré-comercialização há o planejamento e organização da produção a partir da dinâmica do mercado, identificando os produtos de maior procura; na segunda fase ocorre a venda direta dessa produção.

Ao supor que qualquer processo de comercialização agrícola é planejado unicamente dessa maneira com base em um ato de aparente consentimento, cometemos um erro porque não há fundamento algum para supor que todo modelo de comercialização agrícola ocorre com base em um planejamento de produção baseado na dinâmica do mercado a partir da identificação dos produtos de maior procura.

Ao alegar isto, reconheço que o processo de comercialização, antes que reduzido, pela cultura dominante, a um simples mecanismo de obtenção de dinheiro, com planejamento de produção baseado na identificação dos produtos de maior procura, apresenta-se, na agricultura familiar, como um processo próprio e particular que rompe com a lógica de mercado estabelecida pela cultura dominante. (Bourdieu, 2007 apud Silva, 2020). Em outras palavras, o processo de comercialização agrícola não é universal, mas particular de cada ator social.

Para tornar isso notório, proponho neste capítulo examinar a dinâmica de resistência presente na comercialização dos produtos agrícolas e identificar o processo produtivo da agricultora Rosa Maria Silva Sousa. Nesse viés, organizo este capítulo em dois subtópicos: no primeiro, examino, a partir da descrição do espaço da *Feirinha da Gente*, como o processo de comercialização de Rosa tem um modelo próprio e se caracteriza como uma resistência; e no segundo subtópico, descrevo inicialmente a configuração territorial de Belenzinho, analisando como é feito o uso da terra e, em seguida, direciono o foco para o processo produtivo.

4.1 “A Feirinha da Gente representa mais do que um ponto de comércio, ela é um símbolo da valorização da agricultura familiar”: a base do discurso público e seus efeitos ocultos

Ao acompanhar parte do processo de comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar ao desenvolver a pesquisa de iniciação científica no plano de trabalho *Agricultura Familiar e os processos de comercialização: as feiras do produtor no município de Caxias*, presumir que iria apenas compreender as etapas desse processo, uma vez que até

então no momento da observação em maio de 2024, a organização da feira ainda contava com o suporte da prefeitura.

Em maio de 2024, quando realizei a primeira observação desse espaço, a feira contava com uma quantidade de 28 barracas de diversos tipos, desde artesanatos, alimentos que compõem o “café”, produtos da agricultura familiar e bijuterias e já em junho de 2025, o espaço continha apenas 2 barracas de café e 8 barracas de agricultores.

A dinâmica da feira também foi observada como uma mudança, pois antes, tomada pelas barracas de artesãos e agricultores, a passarela da praça retomou seu propósito essencial - servir como caminho livre para a circulação de pedestres. Os trechos laterais das ruas, anteriormente bloqueadas por estruturas metálicas para impedir a circulação de veículos e viabilizar a instalação de barracas comerciais - incluindo cafés, bijuterias e demais produtos- retomaram sua função original.

O movimento de clientes já não apresentava a mesma intensidade, tendo sofrido uma redução significativa. Ademais as barracas dos agricultores, que antes contavam com estruturas de alumínio compostas por tábuas de sustentação e coberturas de lona foram substituídas por instalações mais simples, formadas por mesas de plásticos, caixote de plástico e recipientes de isopor que possuía tanto a função de armazenar produtos refrigerados e servir de apoio para a exposição de produtos.

A posição das barracas se encontrava agora na calçada da praça, caracterizada pela circulação de pedestres e um sombreamento abundante. Essa nova configuração possibilitou perceber que para além dos clientes serem aqueles que transitavam a pé, havia também compradores em veículos que, em razão da pressa ou praticidade, realizavam suas compras diretamente pelas janelas dos carros.

Dessa forma, a partir da observação do espaço e das entrevistas com dona Rosa, observou-se que acompanhar o processo de comercialização dos produtos não se limitava apenas a entender as fases desse processo, mas também entendê-lo como uma forma de resistência porque o apoio antes oferecido pela prefeitura havia cessado.

Rememorando que o objetivo desta monografia consiste em analisar as formas de resistência da agricultura familiar em contraponto ao agronegócio e às políticas de desenvolvimento, examino nos parágrafos seguintes a dinâmica dessa resistência presente na comercialização.

A etapa do traslado para a feira, inicialmente, contava com o apoio da prefeitura, que disponibilizava um automóvel para o transporte dos produtos e fornecia as barracas utilizadas na feira. O automóvel realizava exclusivamente o transporte dos itens que seriam vendidos,

enquanto as agricultoras precisavam se deslocar por meios próprios. As barracas, por sua vez, eram montadas com antecedência, geralmente no dia anterior ao dia da feira.

James Scott (2013), ao examinar o sentido que um ato de deferência tem quando um indivíduo subordinado faz, alega que esse gesto só pode ser compreendido em sua totalidade até que ao menos o poder que os determina àquela ação esteja fora de cena. De maneira semelhante, para entender que a comercialização não se resume apenas às etapas da venda da produção, mas também constitui um ato de resistência, é necessário observar os impactos da ação da prefeitura sobre a agricultura familiar.

Em dezembro de 2024, quando a prefeitura de Caxias, sem qualquer aviso prévio, interrompeu o suporte oferecido, foi suspenso tanto o transporte dos produtos quanto a disponibilização das barracas. De modo que as agricultoras adotassem uma forma organizacional própria de deslocamento, arcando com os custos do transporte que passou a incluir não apenas o deslocamento dos produtos, mas também o delas próprias, assim o valor total da passagem é de R\$ 40,00 individual, sendo R\$ 20,00 a ida e R\$ 20,00 a volta.

A despeito disso, essa mudança impactou também a venda dos produtos pois, conforme o relato de Rosa, a quantidade e a variedade dos itens selecionados para venda na feira estão diretamente condicionadas ao tipo de transporte disponível. Quando o veículo utilizado é de pequeno porte, torna-se necessário limitar o volume de produtos levados. Por outro lado, quando há acesso a um caminhão, é possível transportar uma quantidade significativamente maior, ampliando tanto a diversidade quanto o volume dos produtos comercializados. Ao ser questionada sobre as eventuais diferenças decorrentes do impacto da assistência prestada pela prefeitura, Rosa relata:

De alguma forma, do jeito que nós estamos aqui, não faz muita diferença, mas quando eles botam, aí fica melhor para a gente, porque é menos despesa para nós. Tipo, o caminhão traz as coisas, a gente já vem de carro próprio, que já vem eu e mais três de fora, e dá menos despesa, mas eu preferia que ainda tivesse a prefeitura. (Rosa Maria Silva Sousa, 2025).

É importante destacar que a *Feirinha da Gente*, criada enquanto uma política de desenvolvimento para fomentar a economia local a partir de uma variedade de produtos de artesãos, agricultores familiares e pequenos empreendedores (Prefeitura Municipal de Caxias-MA, 2017) converge com o aspecto de um discurso público, a que James Scott (2013) o caracteriza como um discurso assimétrico, ou seja, é um discurso proferido com o sentido contrário, encobrindo aspectos de dominação porque o intuito é de impressionar, o discurso público é um auto retrato das elites de como elas gostariam de ser vistas.

Ao concentrar a atenção ainda para o processo de comercialização, exibo como esse processo de venda não se concentra apenas entre os agricultores e clientes, mas também entre os próprios agricultores. A esse aspecto remeto também como uma forma de resistência. Tal dinâmica é expressa na fala de Rosa.

Ontem, as meninas foram no Caxirimbu buscar feijão, aí elas trouxeram para elas duas, para ela e pra ela. Aí ela diz ‘mãe meu feijão vai ser muito, a senhora quer?’ mas só que a mulher não mandou o total que ela achava que ia mandar. Aí eu disse, então deixa. Porque ela achou que a mulher iria mandar 10kg para ela e, no caso, ela só mandou 1kg. Aí eu disse: ‘não, então fica’. Aí a gente divide, por exemplo, se eu comprar uma coisa do vizinho, aí estou achando muito, ou por mais que eu não ache muito e ela não tenha, eu já passo para ela. Se eu tenho do meu plantio, eu vendo para elas e se elas têm, elas me vendem, é assim. (Rosa Maria Silva Sousa, 2025)

Este ato de comercialização entre as agricultoras conforma um *habitus* (Bourdieu, 1983). O *habitus* coincide com essa prática de resistência não porque corresponde a uma repetição de ações sem uma finalidade, mas porque, ao comercializarem entre si, essas mulheres estão produzindo estruturas estruturantes, isto é, as agricultoras estão produzindo uma nova prática, uma estratégia para resistirem no espaço da feira. Essa mobilização se contrapõe às estruturas estruturadas, nesse contexto a estrutura estruturada corresponde ao modo de produção capitalista que impõe aos indivíduos um modelo singular de pensar, viver e agir.

Nesse sentido, o campo econômico apresenta uma divergência em relação ao campo econômico concebido pelos economistas clássicos que entendiam o mercado apenas como uma etapa vinculada a interesses materiais e à posse de bens, pois a economia dessas agricultoras é uma atividade que mistura-se com as outras práticas sociais e carrega consigo valores sociais. (Polanyi, 2000, apud Silva, 2020).

Um outro exemplo que coincide com o conceito de *habitus* de Bourdieu (1983) é a forma como os clientes são atraídos. Durante o apoio da prefeitura, a *Feirinha da Gente*, além de ser um espaço de fomento à economia, oferecia atrações de karaokê e apresentações culturais para atrair clientes. Com o fim do suporte e consequentemente das atrações culturais, o fluxo de pessoas tornou-se instável e passou a ser baseado em comprador ocasional, isto é, o indivíduo passava, olhava e decidia o que comprar.

As estratégias utilizadas por Rosa e pelas demais agricultoras para atrair clientes para comprarem seu produtos ocorriam, predominantemente, em duas circunstâncias específicas: quando o movimento da feira apresentava-se reduzido e quando determinado produto apresentava baixa rotatividade, levando-as a intensificarem suas abordagens com o objetivo de evitar perdas dos itens.

Para exemplificar uma dessas abordagens recordo o dia 29 de junho. Um homem aproximou-se silenciosamente da barraca de Rosa e direcionou seu olhar para uma galinha exposta sobre uma caixa de isopor. Percebendo o interesse do cliente, Rosa prontamente verbalizou “tô com vontade de vender essa galinha grande bem aí por R\$ 65,00”. O homem, espantado com o valor, arregalou os olhos e tocou no produto para verificar se estava do seu agrado. Mas prontamente Rosa reforçou a proposta: “bora? eu lhe dou um brinde surpresa”. O homem então questionou: “aqui é galinha?” ao que Rosa confirmou. Ainda desconfiado, ele comentou: “parece frango”, mas Rosa reafirmou que se tratava de uma galinha. Com o intuito de concluir a venda, já com a embalagem em mãos Rosa insistiu: “bora siô, você não tá curioso não? Um brinde surpresa”.

Apesar de quase aceitar a oferta, o cliente foi interpelado por outra agricultora, que acompanhava atentamente o diálogo e também objetivava vender uma galinha e esta, por fim, conseguiu efetivar a venda. A estratégia de atrair clientes em ocasiões específicas, como mencionado anteriormente, enquadra-se como uma resistência às estruturas estruturadas. Bourdieu (2007, apud, Silva, 2020) aponta que as estruturas simbólicas de uma sociedade - religião, linguagem, ciência, arte, economia - embora pareçam neutras e racionais elas funcionam como um instrumento de poder ao serem utilizadas, por grupos dominantes, para definir e impor uma visão de mundo.

No campo econômico, isso aparece na imposição do modo de produção capitalista que organiza as relações de trabalho e de produção como um padrão a ser seguido, em outras palavras impõe sobre os indivíduos estruturas estruturadas, um modo de pensar e de viver. A partir disso, afirmo que, ainda que as agricultoras estejam inseridas na lógica de produção capitalista, elas criam estratégias de resistência para conseguirem vender seus produtos já que não contam mais com o suporte de entidades para atrair clientela.

Ademais, retomando o processo de comercialização entre as agricultoras, compreende-se ainda que esse ato é resultante de um processo produtivo que resiste aos efeitos do agronegócio. Como já mencionado no subtópico *1.2 Agronegócio e seus efeitos*, a horta de Rosa sofre impactos que inibem uma produção cheia, pois a circulação de veneno e a intensificação de pragas naturais decorrente do desmatamento para a produção de soja geram escassez de produto para vender na feira, ocasionando assim uma comercialização entre as próprias agricultoras.

Portanto, a produção, atividade que influi na comercialização da feira, é também uma forma de resistência e, para identificar o processo produtivo, faz-se necessário primeiramente entender o território de dona Rosa. O território precede a discussão sobre o processo

produtivo e é considerado como elemento crucial, pois sua configuração aponta aspectos significativos sobre a organização da produção. Logo, aprofundo a discussão sobre território a partir do sentido de *territorialidade* e *territorialidade específica*, de Almeida (2008).

4.2 “A forma como a gente produzia mudou, antes a produção era menor porque não tinha para onde mandar, hoje faltam produtos”: o ato concreto de continuar e de insistir

Rememorando a história do território de Rosa, destacado no capítulo 1, as comunidades Nazaré, Belenzinho e Cajazeiras formavam no passado uma única grande fazenda pertencente a Armando Ferre. A lógica estabelecida do território, quando o proprietário estava vivo, funcionava da seguinte forma: caso um morador deixasse o local para se mudar, a casa deixava de ser considerada sua propriedade e então qualquer pessoa que chegasse poderia ocupar o espaço e se estabelecer ali.

Essa lógica de apropriação temporária coincide com o sentido de *territorialidade*, abordado por Almeida (2008), ao afirmar que a terra será um fator de identificação, isto é, o indivíduo, para sentir-se pertencente àquela terra, constrói um vínculo com o espaço físico a partir de um conjunto de regras firmadas sobre essa base material. Almeida (2008, p. 29) afirma que “A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força, mesmo em se tratando de apropriações temporárias dos recursos naturais, por grupos sociais classificados muitas vezes como ‘nômades’ e ‘itinerantes’.

Com a morte do proprietário, seus filhos decidiram dividir e lotear as terras, oferecendo aos trabalhadores que já viviam ali a possibilidade de adquiri-las por meio de pagamentos parcelados. Assim, a antiga fazenda, antes compreendida como um único terreno extenso, passou a ser loteada: abriram uma estrada no meio e separaram o espaço em dois lados, redefinindo assim sua organização.

Essa nova organização compreende-se como uma *territorialidade específica*, se trata de como o espaço físico vai sendo construído socialmente de maneira dinâmica, esse termo funciona para dizer que cada território possui sua territorialidade específica, possui uma identidade, um contexto cultural próprio e que não pode ser reduzidos à ideia de um simples espaço físico homogêneo. (Almeida, 2008).

A partir desta configuração territorial após a morte do antigo proprietário é possível compreender que embora a região de Belenzinho seja conhecida como *comunidade tradicional*, o uso da terra não segue um modelo coletivo característico dessas comunidades pois na prática, cada família ocupa um lote, mas a produção agrícola não é feita

coletivamente. Em outras palavras, dentro de uma mesma propriedade familiar, cada pessoa mantém sua própria horta, escolhe o que plantar e o que produzir de forma individual e a isso associa ao *uso comum da terra*.

É pertinente apontar que a expressão *comunidade tradicional*, antes compreendida pelo governo federal como “populações” termo que homogeneizava e invisibilizava a diversidade de grupos existentes, passou a ser considerada, a partir de 7 de fevereiro de 2007, como grupos que, por meio de práticas próprias de organização social, faz o uso do território e de recursos naturais de maneira coletiva. (Almeida, 2008). No entanto, reitero que *comunidade tradicional* não é o mesmo que *terras tradicionalmente ocupadas* pois *terras tradicionalmente ocupadas* “expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza.” (Almeida, 2008, p. 25).

Em outras palavras, a *comunidade tradicional* refere-se à forma como o grupo organiza suas práticas coletivas, e ao agir dessa maneira, a comunidade constrói uma *territorialidade específica* pois os espaços que povos indígenas, quilombolas, agricultores familiares entre outros ocupam é de acordo com seus modos de vida, cultura e identidade coletiva, não se tratando assim apenas da posse física da terra.

Retomando a afirmação de que o uso da terra em Belenzinho se configura como sistema de uso comum, Almeida (2008) destaca que nesse sentido a noção de terra comum não é vista como propriedade individual mas como espaço compartilhado, regulando o seu uso por normas e práticas comunitárias, é acionado como elemento de identidade indissociável do território ocupado.

A partir do entendimento acerca do uso da terra é possível compreender como ocorre o processo produtivo. Entretanto, ainda que o processo produtivo no senso comum se associa a etapa do preparo do solo, semeadura, colheita e comercialização, durante a passagem pela comunidade Belenzinho ficou entendido que esse processo, ainda que siga práticas comuns, apresenta elementos próprios que o diferenciam de outros contextos. Assim, a análise que segue não será uma simples descrição da produção de um produto até a sua fase final, mas sim da forma como o processo produtivo agrícola se constitui naquele espaço específico.

Considerando que o terreno abriga quatro casas - a de Rosa, a de seu filho Luciano, a de sua filha Marilene e a de sua neta -, observa-se que no quintal de Rosa há uma horta, enquanto Marilene mantém outra em seu próprio espaço. Esse formato, visível tanto no aspecto físico quanto nas falas das interlocutoras, constatou que, mesmo tratando-se de hortas, o trabalho agrícola se realiza de forma individual e não como uma prática familiar coletiva.

Figura 5 - Horta de Rosa



Fonte: Arquivo pessoal (2026).

Figura 6 - Horta de Marilene, filha de Rosa



Fonte: Arquivo pessoal (2026)

A roça, por sua vez, é vista pela família de Rosa mais do que um sentido restrito ao plantio e cultivo de um alimento. Compreendem como algo essencial para as relações familiares pois é um modo de vida coletivo que organiza e cria laços de cooperação e articula território e produção. A roça, embora seja reconhecida como uma prática coletiva, só assume esse caráter em momentos específicos de cooperação. Um exemplo é quando Rosa decide,

junto com o seu filho, plantar um determinado produto em comum. No cotidiano, porém, cada um possui sua própria roça e define de forma autônoma o que cultivar.

Além disso, a produção tanto na horta quanto na roça não segue um calendário sazonal, isto é, não obedece às estações do ano consideradas mais propícias para o plantio. Essas irregularidades decorrem de dois fatores principais. Na horta, a limitação está relacionada às condições estruturais, pois, embora haja sombrite, caixa d'água pequena, bomba e kit de irrigação, tais recursos não são suficientes. No verão, a escassez de água se torna crítica, já que não há cisterna ou poço, e a dependência da água da rua compromete a irrigação. Já no inverno, a dificuldade se intensifica porque o sombrite não cobre adequadamente o espaço da horta, resultando na perda da produção.

Na roça, as dificuldades estão relacionadas às condições climáticas. Apesar de ser período de chuvas, estas não ocorrem na intensidade esperada, o que leva as agricultoras a plantar apenas o que é possível na esperança de vingar. Quando Rosa nos levou para conhecer a roça de seu filho Luciano, três homens realizavam a plantação de mandioca e arroz ligeiro. Ao observar essa atividade, evidenciou-se que o período de chuvas estava complicado, pois não ocorria na intensidade esperada, e por isso o plantio desses produtos se deu de uma forma tardia.

Para explicitar essa percepção, estabeleço uma comparação com a entrevista concedida por Rosa em 2025 a Ana Vitória Pinheiro Dutra, ocasião em que foi elaborado um quadro com o ciclo da mandioca. Entre janeiro e fevereiro ocorre a limpeza da roça; entre março e abril, o plantio; e em julho e agosto, o seu desenvolvimento (Dutra, 2025, p. 26). Contudo, devido às mudanças climáticas, foi perceptível no dia da visita à roça de seu filho que o plantio da mandioca, antes realizado no ciclo março e abril, estava acontecendo entre janeiro e fevereiro.

O segundo fator que leva a produção a não ser definida como sazonal refere-se às condições físicas das agricultoras, pois elas precisam conciliar o trabalho doméstico com sua produção agrícola, sem contar com o apoio dos maridos. Ainda assim, há exceções como no preparo da farinha, momento em que o trabalho se torna coletivo, com divisão de tarefas entre os membros da família.

No caso da farinha, que envolve o trabalho coletivo (o trabalho realizado por Rosa, Marilene e Luciano), Rosa não especificou a função de cada um mas ressaltou que todos colaboram como podem. As etapas do preparo seguem uma sequência: primeiro, a casca da mandioca é separada e seca para servir de alimento ao burro; em seguida, a mandioca é ralada

para formar a massa, que depois é prensada para retirar a água. A massa é então passada na peneira, desmanchada completamente e, por fim, levada ao forno para torrar.

As discussões realizadas até aqui indicam que as estratégias adotadas por Rosa e sua família inserem-se em contexto que a agricultura é frequentemente reduzida a um simples campo de investimento do capital, voltado apenas para maximização dos lucros e para o foco na quantidade de produtos produzidos. Em contraposição a essa lógica, Rosa defende um modelo fundamentado na qualidade dos produtos e produzir qualidade, significa, nessa perspectiva, articular práticas tanto de continuidade quanto de ruptura com o camponês.

Estabelece laços de continuidade quando o agricultor mantém presente práticas da lógica camponesa em meio às transformações, por exemplo, da noção do tempo do mundo industrial, e estabelece elementos de ruptura quando produz formas próprias de se adaptar às condições modernas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse processo de escrita desse trabalho de conclusão de curso, percebi que penso em cenas de acontecimentos do campo e, a partir das cenas, construo a discussão de um capítulo, mas para esta conclusão não conseguia pensar em outra cena que não a de Marilene, filha de Rosa que, às vezes, expressa a vontade de desistir do trabalho por falta de recursos e problemas de saúde - pressão alta e asma.

O que nem sempre é tão claro é que a luta constante e cotidiana de resistir, não se resume somente às rupturas com estruturas estruturadas, trata-se também de controlar o impulso natural de um sentimento de abdicação. Abdicar da agricultura, não por não conseguir resistir, mas pelo cansaço do cotidiano em reinventar estratégias de fortalecimento quando não há abundância de produção, ou incentivo.

Durante uma conversa com Marilene sobre o cotidiano, ela apontou que a falta de uma associação, de recursos, de incentivo da prefeitura com o transporte e período de produção escassa faz ela ir se virando como pode para vender na feira. O “se virar” implica em procurar meios alternativos de comercialização para além de levar a galinha, banana e variedades de farinha. Um exemplo é a jaca. Dada a impossibilidade de transportar uma jaca inteira, a solução foi remover os caroços e colocar em um recipiente, o que resultou no maior fluxo de vendas.

Assim, essa monografia demonstrou que os efeitos do agronegócio e das políticas de desenvolvimento sob a agricultura familiar, não são estruturas que determinam a vida dos agricultores no sentido de serem condenados a apenas aceitar a violência, a expropriação, a circulação de veneno e o desmatamento. O que se reverbera na verdade é formas de resistência, mas uma resistência que se insere não em um contexto individual, como o momento da produção e comercialização, mas tanto em laços consanguíneos, como na feitura da farinha por exemplo como também na solidariedade entre as agricultoras da *Feirinha da Gente* que mantém formas de comercializar entre si.

As formas de resistência, como foi possível acompanhar nos capítulos escritos, implica também antes de qualquer coisa reconhecer que o agricultor é um ator social. Ou seja, enquanto ator social, ele transforma o setor agrícola, resistindo a mudanças profundas que afetam tanto a produção quanto sua vida social. Essa resistência decorre tanto de elementos de continuidade com o campesinato, quando a lógica familiar não é abolida e permanece orientando novas decisões, quanto de elementos de ruptura quando se adapta às exigências modernas do mercado e da sociedade.

Nesse sentido, a pesquisa também apontou que essa resistência não é desempenhada sem um motivo, mas de um discurso público assimétrico, desigual, em que oculta aspectos de dominação, uma vez que o intuito é impressionar. Um exemplo é a *Feirinha da Gente*, criada como política de desenvolvimento para incentivar a economia local, oferecendo suporte com transporte e barracas. No entanto, na prática, mostrou-se apenas como um autorretrato da classe econômica dominante, projetando a imagem de como desejava ser percebida, já que o suporte oferecido acabou sendo marcado pela inconstância administrativa.

Dentro desse cenário, a resistência no contexto da comercialização não é uma esfera isolada, voltada apenas para a acumulação de bens materiais, ela está profundamente inserida nas relações sociais de modo que o agricultor age não para garantir apenas a posse de objetos mas fortalecer vínculos entre os indivíduos, como o caso de vendas de produtos entre as agricultoras.

Assim, o processo de produção também não se explicam por interesses econômicos específicos, uma vez que a partir dos relatos ainda que a produção seja prejudicada por pragas naturais, não há o uso de defensivos agrícolas, logo elas não são guiadas apenas por cálculo, lucro ou interesse individual, mas sim por entenderem que o uso de defensivo agrícola não é certamente o caminho que tem que ser levado para produzir mais e em maior quantidade.

Com isso, os apontamentos finais desta monografia não ressoam somente a um compilado do que foi escrito, acredito que essa pesquisa se firma muito mais em uma não conclusão porque as formas de resistência da agricultura familiar não se encerram, mas se transbordam em todas as direções.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8; Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras tradicionalmente ocupadas**: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. In: Terra de quilombo, terras indígenas, babaçuais livre, castanhais do povo, faixinais e fundos de pastos: terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008. p. 25 - 30.

AMARAL NETO, Roberval. **Lei Sarney de Terras**: conflitos fundiários e resistência camponesa no oeste maranhense nas décadas de 1970 e 1980. In: ANPUH - Brasil. 30º Simpósio Nacional de História, Recife, 2019.

BRASIL, Cristina Índio do. **Estudo aponta impacto negativo de mudanças climáticas na agricultura**. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 16 jul. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/> Acesso em: 5 ago. 2026.

BOURDIEU, Pierre. **A construção do objeto**. In: _____. Ofício de sociólogo Metodologia da pesquisa na sociologia, Petrópolis: Vozes, 2004, p. 45-72.

BOURDIEU, Pierre. **O campo científico**. In: ORTIZ, R. Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

FERNANDES, B. M. **Campesinato e Agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa**: por uma teoria interpretativa da cultura. In: A interpretação das Culturas. 1 ed., 13. reimpr., Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GODOI, Emília Pietrafesa de. **Maria de Nazareth Baudel Wanderley**. Sociedade Brasileira de Sociologia. [s.d.]. Disponível em: <https://www.sbsociologia.com.br/>. Acesso em: 20 de jan. 2026.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge R. **Los limites del consenso - la propuesta de desarrollo territorial rural en América Latina**. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). Campesinato e agronegócio na América Latina. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **A assim chamada acumulação primitiva**. In: **O capital**. São Paulo: Boitempo, 2015.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do Antropólogo**: Olhar, Ouvir, Escrever. Revista de Antropologia. São Paulo, USP, 1996, v. 39 nº 1.

SANTOS, Elinaldo Leal. et al. **Desenvolvimento: um conceito multidimensional**. Ano 2, n. 1, jul. 2012.

SILVA, Linalva Cunha Cardoso. **Quebradeiras de coco babaçu, organização e mobilização política na região do Médio Mearim (Maranhão)**: a experiência da fábrica de sabonete. In:

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; NUNES, Patrícia Maria Portela; MARTINS, Cynthia Carvalho (Org.). Conflitos territoriais e povos e comunidades tradicionais: descrição etnográfica de territorialidade específicas. São Luís: EDUEMA, 2020. p. 113 - 136

SPINK, M. J.P.; LIMA, H. **Rigor e visibilidade**: a explicitação dos passos da interpretação In: SPINK, M. J (org.) Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano (org). São Paulo: Cortez Editora, 2000, p. 93-122.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 13. ed. Rev. por Antonio S. Guimarães. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SCOTT, James C. **A dominação e a arte de resistência**: discursos ocultos. Tradução de Pedro Serras Pereira. 1. ed. Letra Livre, 2013.

WEBER, Max. **A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais**. In: Metodologia das Ciências Sociais. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: UNICAMP, 1992.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato**: rupturas e continuidade. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2004: 42-61.